

Centrão aprova 'supertrem da alegria' nas Transitórias

JORGE CALDEIRA

Do Reportagem Local

Nem Rambo arruma rombo maior. Juntamente com o mandato do presidente Sarney, o Centrão aprovou um "super trem da alegria". Perto dele, todas as coisas que os integrantes do grupo consideram avanços estatais aprovados até agora não passam de trenzinhos de criança. O "trem" do Centrão tem porte para trafegar na Norte-Sul.

A aprovação desse gigantesco "trem da alegria" quase não apareceu para a opinião pública. Ela veio com a votação em bloco das Disposições Transitórias da Constituição, num momento em que só se falava de mandato. No projeto de disposições transitórias do Centrão existe um grande número de artigos que criam despesas, além da supressão de quase todos que as evitam. Votaram a favor homens como Delfim Netto (PDS-SP), Roberto Campos (PDS-MT), Afif Domingos (PL-SP). O "trem" só não atingiu ainda as alturas porque os "históricos" do PMDB, que eles acusam de estatizantes, fizeram destaques. Por causa desse procedimento, algumas partes ainda precisam ser confirmadas por nova votação.

No dia da aprovação do mandato, Sarney prometeu lutar contra o

déficit público. Se depender de seus aliados, já perdeu a guerra. O sentido geral dos itens propostos e aprovados pelo Centrão é o de elevar o déficit. Seus membros, se são austeros nas questões teóricas, em que criticam a participação do Estado e seus gastos, não se furaram a dar apoio aos mais fantásticos favores, que vão da garantia de vantagens adquiridas pelos marajás à perpetuação de favores fiscais.

Dessa forma, as poucas esperanças que o presidente Sarney tem de levar em frente seu programa econômico se devem a seus inimigos. Para diminuir o impacto do "super trem" ele conta basicamente com os votos dos quatroanistas, já que a maior parte dessas emendas foi criada e é defendida pelo Centrão. Para aprovar seu mandato, ele correu o risco de presidir um país ingovernável. Vai ter que enganar o apetite dos aliados privatistas, se não quiser sucumbir ao déficit.

O "super trem da alegria" é tão grande que tem que ser dividido em capítulos (ou vagões, se preferirem). Em homenagem aos inspiradores econômicos do Centrão, cada vagão ganha o nome de um deles, que deu seu voto às propostas de autoria coletiva do Centrão.

Como todo bom "trem da ale-

gria", o texto dá prêmios inimagináveis ao funcionalismo. Houve muitas críticas do Centrão à aprovação de direitos para os trabalhadores da iniciativa privada. Quando se tratou do funcionalismo público, o texto do Centrão foi de uma prodigalidade quase sem limites. No campo das vantagens para os funcionários, foi aprovado o que se segue:

★ Estabilidade para todos os funcionários públicos de estatais, autarquias e da administração direta federal, estadual e municipal, com mais de cinco anos no emprego: Essa proposta moralizadora vai permitir, por exemplo, que os empregados da Cosin, uma siderúrgica que dá prejuízos crônicos e que o governo quer fechar, não possam ser demitidos. Só não foi automaticamente aprovada por que o estatizante Mário Covas (PMDB-SP) colocou um destaque que obriga a uma votação em separado.

★ Garantia de acumulação de cargos: No projeto da Sistematização, era mantida apenas para médicos. O Centrão estendeu o benefício a todos os outros funcionários, talvez para eliminar privilégios. Covas também obrigou a uma votação em separado.

★ Direitos dos marajás: No projeto da Sistematização havia o artigo 22, que obrigava todos os governos a rever a situação dos funcionários públicos, modificando-a de acordo com a nova Constituição sem que os prejudicados pudessem alegar ter direito adquirido. Esse artigo eliminava os marajás. Já no artigo 50 desse projeto, havia uma determinação para que os governos revissem a situação de pessoal, inclusive com o direito de fazer aposentadorias compulsórias. O Centrão simplesmente suprimiu esses artigos, votando pela garantia desses direitos. As proibições só entram no texto se obtiverem 280 votos.

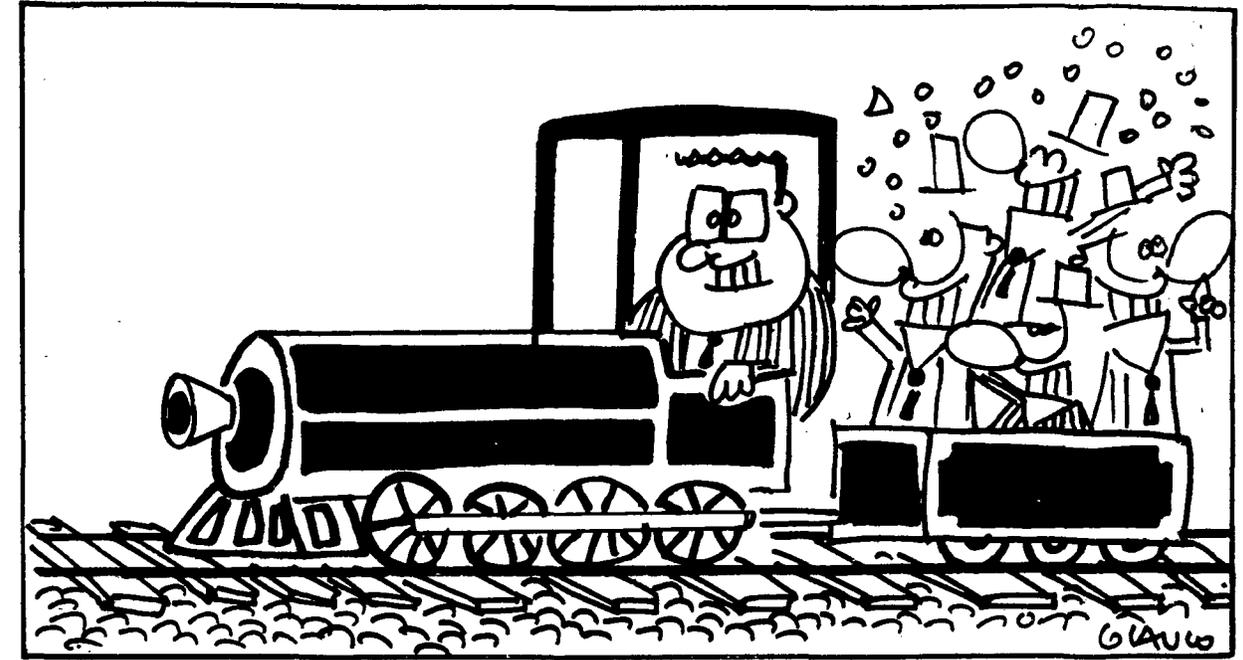
★ Salários de delegados: O artigo 67 do texto do Centrão garante a todos os delegados de polícia, após dez anos de carreira, os mesmos vencimentos dos procuradores públicos. Esse texto já foi aprovado.

★ Criação de novos empregos para deputados e senadores. Além dos novos Estados contarem com representantes, o Centrão fez aprovar também o útil parágrafo 1º do artigo 12, que garante que os Estados divididos mantêm o número de deputados como se não tivesse havido divisão (o número de deputados deveria diminuir na mesma proporção da população). Assim, fica garantida a vaga de todos os deputados de Goiás. Esse artigo já está no texto.

Vagão Roberto Campos

Homenagem ao senador por sua luta contra a participação do Estado na economia. Principais vitórias:

★ Criação de três novos Estados - Tocantins, Roraima e Amapá: A alegria só não vai ser completa porque José Serra (PMDB-SP) e Caio Pompeu (PMDB-SP) estão tentando impedir que eles nasçam sem dívida pública (a antiga seria assumida pela União, bem como o custo de implantação dos dois últimos Estados). De qualquer forma,



Veja o que ainda poderá ser modificado

Há três tipos de situação dos vários artigos do supertrem:

1) Artigos já foram aprovados e para os quais não há destaques nem emendas: equiparação salarial de delegados a procuradores públicos; criação de mais vagas para deputados de Goiás; criação de três novos Estados (e suas bancadas); substituição do antigo Senar pelo novo Senar; isenção tributária para herdeiros de vítimas de crimes dolosos; fim do direito autoral para música

religiosa; expropriação de terras onde se plantam drogas.

2) Artigos suprimidos pelo Centrão e aqueles para os quais não há pedido de destaque. Para acabar com esses itens são necessários 280 votos: manutenção dos "marajás"; revisão dos empregos dos servidores; transferência da dívida de novos Estados para a União; pagamento dos custos de instalação dos Estados de Roraima e Amapá pela União; transferência de atribuições para Estados e

municípios; eliminação de fundos e sua colocação no orçamento.

3) Dispositivos para os quais os "históricos" do PMDB e os petistas pediram destaque. Precisam de 280 votos para serem confirmados: estabilidade no funcionalismo; garantia de acumulação de cargos; perenidade da Zona Franca; hereditabilidade dos cartórios; pensão aos seringueiros; federalização do Colégio Pedro 2º; irrigação no Nordeste; bancos sem fiscalização. (JC)

todas as vantagens restantes já estão garantidas (eleição de três governadores, nove senadores, 24 deputados federais, três assembleias legislativas completas, órgãos estaduais, bancos). Para facilitar a aprovação dos favores que os solertes estatizantes tentam impedir, o projeto do Centrão deu uma mãozinha: com a retirada do artigo que proibia a União de assumir dívidas pela criação desses Estados, agora vão ser precisos 280 votos para que isso seja mudado. Pelo texto do Centrão, a União assume todas as dívidas desses Estados, inclusive funcionários inativos, o que aumenta o déficit público.

★ Aumento do gasto público: No projeto da Sistematização havia um capítulo prevendo que, com o aumento da receita dos Estados e municípios, eles deveriam receber novas atribuições, para aliviar as despesas da União. O Centrão retirou o capítulo, o que vai fazer com que a União precise arrecadar mais. Só entra no texto com 280 votos.

★ Perenização da Zona Franca: Como compensação pela retirada das novas atribuições, o Centrão manteve o artigo 34 do projeto da Sistematização que pereniza os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus. Não fosse pela manobra intriguante de Paulo Delgado (PT-

MG), que exigiu votação em separado, já teria sido aprovado.

★ Fundos: O Centrão suprimiu um parágrafo do artigo 15, que obrigava a constar no orçamento todos os fundos do governo. Com isso, não vão passar pelo controle do Legislativo. O artigo só volta com 280 votos.

Vagão Afif Domingos

Homenagem ao deputado pelo incentivo a soluções criativas para o fim dos cartórios. Conquistas:

★ Hereditabilidade nos cartórios: O artigo 10 assegura aos substitutos nos cartórios o direito de acesso a titular. Contra a criativa proposta, há pedido de destaque de Covas.

★ Aprendizagem rural: Pelo artigo 56, extingue-se o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), que fica substituído pelo novo e mesmo Senar (Serviço Nacional de Formação Profissional Rural). Já foi aprovado.

★ Sorte dos vivos: Idéia do deputado Amaral Netto, com lugar já assegurado na Carta: a lei vai garantir isenção tributária para os descendentes das vítimas de crimes dolosos contra a vida. Um convite ao parricídio. Quem viver, terá.

★ Seringueiros: O Centrão garante pensão vitalícia aos seringueiros recrutados em 1943, no valor de três salários mínimos. Precisa de confirmação por causa de destaque.

★ Pedro 2º: Garante a federalização do Colégio Pedro 2º. Preocupado com os grandes problemas econômicos, o senador Roberto Campos apresentou emenda que suprime.

★ Bancos sem fiscalização: Pelo projeto do Centrão, cooperativas de crédito são autorizadas a funcionar como bancos, inclusive com acesso ao crédito rural. Em outro artigo, as cooperativas são declaradas isentas de fiscalização e impostos. Tem destaque do "histórico" Caio Pompeu (PMDB-SP).

★ Irrigação: O artigo 27 prevê que durante 15 anos a União vai aplicar no Nordeste 70% dos recursos em irrigação. O quatroanista Firmo de Castro pediu votação em separado.

★ Revolução agrária. Pelo artigo 60, as terras onde se cultivam "plantas alucinógenas" serão expropriadas e substituídas "pelo cultivo de alimentos e medicamentos" (sic). Inaugura as plantações de aspirina.

Vagãozinho Matheus Iensen

Pela importância que adquiriu o deputado, vale a homenagem. Composto por um único artigo de sua inspiração, o 56, que isenta de direitos autorais "a música sacra baseada em textos bíblicos, quando utilizada em programas de caráter religioso". Prejuízo certo para os cantores e compositores.